



## ANÁLISE DE DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO FILIADAS AO SICOOB NO NORDESTE

Fernanda Palhano Sanches <sup>1</sup>  
Carla Janaína Ferreira Nobre <sup>2</sup>

### RESUMO:

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o desempenho econômico-financeiro de seis cooperativas de crédito filiadas ao Sicoob no Nordeste, classificadas como cooperativas de livre admissão, durante o período de 2015 a 2019. A análise foi realizada por meio de indicadores calculados a partir das demonstrações financeiras dessas organizações, dos respectivos anos avaliados. A fundamentação teórica apresenta tópicos relacionados às demonstrações contábeis, análise de indicadores, cooperativas de crédito e um ponto específico para exposição de estudos anteriores sobre o tema. Quanto à metodologia o trabalho foi considerado estudo de casos múltiplos, realizado por meio de pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. Por meio da análise, foi possível identificar que, de um modo geral, as seis cooperativas apresentam um desempenho satisfatório, exposto por meio dos indicadores de solvência e liquidez, bem como de rentabilidade, demonstrando crescimento e melhoria no decorrer dos anos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Cooperativa de crédito, Análise de indicadores, Desempenho econômico-financeiro, Demonstrações financeiras.

### ABSTRACT:

The present work focuses on analyzing the economic-financial performance of six credit unions affiliated to Sicoob, located in the Northeast of Brazil, which were declared as free admission unions from 2015 to 2019. The analysis was done through indicators calculated from the financial statements of these organizations, of the respective years evaluated. The current theoretical foundation presents topics, such as accounting statements, indicators analysis, credit unions and a specific topic regarding exposure of previous studies about the theme. As for the methodology, this work was considered as multiple case study, performed through descriptive research with a quantitative approach. Through analysis, it has been made possible, all in all, to identify that the six unions present a satisfying performance, exposed through the solvency and liquidity indicators, as well as profitability, showing growth and improvement over the years.

**KEY WORDS:** Credit union, Indicators analysis, Economic-financial performance, Financial statements.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Ciências Contábeis pelo Uniesp Centro Universitário. E-mail: fernanda.sanchess@outlook.com

<sup>2</sup> Professora Orientadora, Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Gestão e Auditoria Pública pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba, IESP, Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – PPGCC/UFPE, Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis do Uniesp Centro Universitário. E-mail: carlajanainanobre@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O Sistema Financeiro Nacional - SFN é composto por várias instituições, segmentadas em três subsistemas, estes são: Normativo, responsável por normatizar e supervisionar o SFN; Operacional, formado pelas instituições que executam as atividades de intermédio financeiro; e Recursal responsável pelo julgamento de recursos administrativos (ABREU e SILVA, 2016).

As cooperativas de crédito estão inseridas no SFN como intermediadoras financeiras, são instituições sem fins lucrativos, formadas pela associação voluntária de pessoas com a finalidade de oferecer serviços financeiros exclusivamente aos seus associados, são autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BC, 2020).

São consideradas como uma alternativa aos bancos tradicionais, tendo em vista a forma de funcionamento semelhante e que são oferecidos basicamente os mesmos serviços, as cooperativas de crédito são baseadas em princípios cooperativistas, ou seja, os membros não são apenas clientes, são sócios e participam tanto da gestão quanto da distribuição de resultados.

A gestão é democrática, cada associado tem direito igual de voto, independentemente do percentual de participação no capital da cooperativa; há o interesse pelo desenvolvimento da comunidade onde está inserida, a promoção de atividades de educação, formação e informação (FGCOOP, 2020).

Segundo dados apresentados pela Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito - Confebras (2020), estão em funcionamento 898 cooperativas no Brasil, cerca de 79% delas estão localizadas nas regiões Sul e Sudeste, pouco mais de 20% restantes estão distribuídos nas demais regiões do país. A concentração dessas instituições em determinada região deve-se, dentre outros fatores, à origem do movimento cooperativista brasileiro que ocorrera no estado do Rio Grande do Sul no ano de 1902.

De acordo com o Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (BC, 2019), apesar da pequena expressão no cenário nacional, o cooperativismo de crédito na região Nordeste aos poucos se desenvolve acompanhando a tendência de expansão do setor no país. Assim, a presente pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: **Qual o desempenho econômico e financeiro das cooperativas de crédito inseridas na região Nordeste?**

Segundo Iudícibus (2014), os responsáveis pela disseminação da prática de análise de balanços, foram os banqueiros, em meados do século XX, quando começaram a utilizar tais

relatórios para determinar a concessão de crédito. Além disso, o desenvolvimento da economia de mercado tornou a análise das demonstrações um instrumento de grande relevância para a tomada de decisão, devido à necessidade dos investidores de avaliar o desempenho das organizações a fim de aplicar seus recursos naquelas mais bem-sucedidas.

As informações obtidas por meio da análise das demonstrações atendem não somente a credores e investidores, mas em alguns aspectos diferenciados, também aos gestores, para que possam, por exemplo, comparar o próprio resultado ao longo do tempo, ou para avaliar o próprio desempenho em relação à concorrência. (ASSAF NETO, 2012).

Dessa forma, objetiva-se com este trabalho analisar o desempenho econômico e financeiro das cooperativas filiadas ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB, vinculadas à Central Nordeste do referido sistema, no período de 2015 a 2019 por meio de indicadores aplicados sobre as demonstrações financeiras, mais precisamente aplicar-se-á a análise ao grupo de cooperativas de livre admissão<sup>3</sup>.

Justifica-se este estudo, tendo em vista notável crescimento e relevância do cooperativismo de crédito nacional e internacionalmente. Além disso, levou-se em consideração que os estudos anteriores sobre o tema, como Gollo e Silva (2015), Cunha, Oliveira e Gozer (2016), Gomes (2018), Araújo (2018), Santos (2019) e Borges, Benedicto e Carvalho (2014), foram aplicados, ou no âmbito nacional ou focados em outras regiões, não se encontrando a mesma aplicação restrita ao Nordeste do país. Assim a pesquisa foi delimitada nessa região, com o intuito de sugerir à discussão acadêmica o impacto do cooperativismo e seu desempenho em tal localidade.

Para elaboração do trabalho a metodologia utilizada foi estudo de casos múltiplos, realizado por meio de pesquisa descritiva com abordagem quantitativa.

A estrutura deste artigo inicia-se com esta introdução, em que se expõe o contexto, problema, objetivo e justificativas para tal, a fundamentação teórica na qual os tópicos explanam as demonstrações contábeis e análise de indicadores, cooperativas de crédito e estudos anteriores; a metodologia apresenta a forma como o trabalho foi desenvolvido, seguida pelo estudo de caso, onde são apresentados os dados e informações da análise. Os resultados alcançados serão descritos nas considerações finais.

---

<sup>3</sup> “Podem receber todas as pessoas físicas interessadas e quase todas as jurídicas, mas dentro de sua área de atuação. Não podem ser admitidas no quadro social da sociedade cooperativa de crédito pessoas jurídicas que possam exercer concorrência com a própria sociedade cooperativa (empresas de *factoring*, por exemplo), nem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.” (CARDOSO, CARNEIRO E RODRIGUES, 2014, p. 27).

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ANÁLISE DE INDICADORES

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26<sup>4</sup>, as demonstrações contábeis são um conjunto de dados organizados a fim de expor a situação patrimonial, econômica e financeira da entidade. O objetivo desses relatórios é fornecer informações úteis para a tomada de decisão dos investidores e credores, principais destinatários das demonstrações, além dos demais usuários; bem como demonstrar a atuação dos gestores diante do desempenho da organização, por meio da apresentação dos resultados de tais demonstrações.

Para Iudícibus (2014), a familiaridade com as demonstrações contábeis e seus elementos é inerente às sociedades mais desenvolvidas, tendo em vista que nesses locais a economia de mercado é predominante e o acesso à participação societária é facilitado, seja para grandes ou pequenos investidores, o que gera a necessidade de acesso à informação contábil, assim como de sua compreensão.

No entanto, a elaboração e análise das demonstrações contábeis não são tão recentes quanto o mercado de ações e investimentos. Iudícibus (2014, p. 3) afirma que “o homem primitivo já aplicava noções rudimentares de análise de balanços”. E que, é provável que quando a contabilidade servia basicamente para elaboração de inventários para contagem e controle de rebanhos, por exemplo, já existia a preocupação em analisar as variações dos bens listados no inventário, realizando assim o que se conhece como análise horizontal e vertical.

No Brasil, a contabilidade sempre teve o viés de atender primordialmente as exigências da legislação, seja tributária, para apuração do imposto de renda, seja societária, a partir da criação da Lei 6.404/76, denominada lei das S.A., tendo em vista que normatiza a atividade das sociedades por ações; ou a regulamentação dos órgãos competentes a cada ramo de atividade, como o Banco Central do Brasil – BC, Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Superintendência de Seguros Privados – Susep, dentre outros (NIYAMA e SILVA, 2013).

Dessa forma, identifica-se na atividade contábil brasileira certa distorção de finalidade, pois conforme as normas de contabilidade, o intuito principal da informação contábil é auxiliar investidores e credores na tomada de decisão, em seguida os demais usuários. Vale ressaltar que a lei das S.A., foi criada para impulsionar a economia de mercado e trouxe para

---

<sup>4</sup> Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis.

as empresas a obrigatoriedade da elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A EM 196<sup>5</sup>, dispõe sobre a intenção da Lei 6.404/76:

O Projeto visa basicamente a criar a estrutura jurídica necessária ao fortalecimento do mercado de capitais de risco no País, imprescindível à sobrevivência da empresa privada na fase atual da economia brasileira [...]. O Projeto procura reunir as regras gerais essenciais para que o intérprete da lei nela encontre orientação básica, mas evitando pormenores dispensáveis. Na escolha dessas regras influiu, evidentemente, o conhecimento de hábitos e práticas que a lei pretende corrigir ou coibir, a fim de que as demonstrações financeiras informem - a administradores, acionistas, credores e investidores do mercado - a verdadeira situação do patrimônio da companhia e seus resultados. (BRASIL, 1976, p.1).

Segundo Martins, Diniz e Miranda (2018), a Lei 11.638/07, que apresenta alterações na Lei 6.404/76, trouxe ao Brasil um avanço significativo no processo de harmonização às normas internacionais de contabilidade. Esse movimento evidencia, dentre outras coisas, a qualidade e a finalidade da informação contábil, e dos critérios para elaboração das demonstrações financeiras. Para as grandes empresas as mudanças incorridas nesse período foram aceitas com mais facilidade, já entre as pequenas e médias encontra-se resistência na ampla prática das novas normas, decerto em vista de que a legislação não as obriga a tal prática.

Para que as demonstrações financeiras reflitam a real situação da entidade, é necessário que o relatório seja elaborado com base em alguns critérios de qualidade, com o intuito de fornecer informações sem maiores distorções e realmente úteis aos seus destinatários. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00<sup>6</sup>:

Se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis. (CPC 00 R2, 2019, p. 9).

A adoção das normas internacionais de contabilidade (*International Finance Report Standard* – IFRS) contribuiu positivamente para a qualidade da informação contábil no Brasil. Deve-se considerar, porém, que as IFRS, são normas baseadas em princípios, ou seja, a aplicação da regra envolve o julgamento profissional, os gestores podem utilizar essa abertura tanto para melhorar seus relatórios quanto para gerenciar resultados fazendo uso indevido dos critérios, nesse último caso, a informação não transmitiria com transparência a realidade da organização (BURGSTAHLER; HAIL e LEUZ, 2006 apud MAZZIONI e KLANN, 2016).

A partir da análise das demonstrações contábeis, é possível obter informações acerca do desempenho econômico e financeiro da entidade, referente a um “período passado, para

---

<sup>5</sup> Exposição de motivos nº 196, de 24 de junho de 1976, do Ministério da Fazenda.

<sup>6</sup> Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual.

diagnosticar sua posição atual e produzir resultados que sirvam de base para a previsão de tendências futuras.” (ASSAF NETO e LIMA, 2017, p.105).

O foco da análise pode variar de acordo com o interesse do analista. Para Assaf Neto e Lima (2017), é possível ao investidor identificar a atratividade das ações de determinada empresa, avaliando o desempenho no mercado, a tendência à distribuição de resultado e o risco de investimento; pode-se avaliar a capacidade de pagamento, principal informação de interesse aos credores; já para os gestores todos os aspectos são relevantes, seja a liquidez, a rentabilidade ou o endividamento, por exemplo.

Iudícibus (2014, p. 5) considera que “a análise de balanços é uma arte, pois, embora existam alguns cálculos razoavelmente formalizados, não existe forma científica ou metodologicamente comprovada de relacionar os índices de maneira a obter um diagnóstico preciso”. Partindo dessa afirmação, ressalta-se que o resultado alcançado após a conclusão da análise, decorre não somente da técnica utilizada, mas de mesmo modo da perspectiva do analista.

Para realizar a análise das demonstrações é essencial o conhecimento da organização que será analisada, assim como de sua área de atuação. Tal pressuposto é necessário, devido ao risco de se chegar a conclusões equivocadas sobre a realidade da empresa, tendo em vista que o resultado de um índice pode ser considerado ruim em um ramo de atividade e razoável ou normal em outro. Além do mais, deve-se considerar que alguns setores econômicos têm regulamentação diferenciada, com planos de contas específicos, o que exige do analista maior conhecimento dessas áreas particulares (MARTINS, DINIZ e MIRANDA, 2018).

Existem variadas técnicas para analisar as demonstrações financeiras, dentre elas as principais são as análises horizontal e vertical e a análise de indicadores econômico-financeiros. Essa, por sua vez, tem uma infinidade de metodologias e formas de aplicação, os indicadores são comumente classificados em grupos: “liquidez, operacional, rentabilidade, endividamento e estrutura, análise de ações e geração de valor” (ASSAF NETO, 2012, p. 50).

Há uma gama de indicadores já formulados, que permitem ao analista verificar e adequar as combinações que farão sua análise relevante. No entanto, em alguns setores, devido à especificidade da atuação da empresa, é preciso utilizar índices adequados, que representem corretamente a realidade da entidade. Gollo e Silva (2015), por exemplo, mencionam o sistema PEARLS<sup>7</sup>, um grupo de indicadores estruturados para avaliar de forma

---

<sup>7</sup> Sistema de indicadores desenvolvido pelo *World Council of Credit Unions* (WOCCU), com o intuito de avaliar adequadamente o desempenho econômico, financeiro e patrimonial das cooperativas de crédito e possibilitar a análise comparativa no âmbito internacional. (GOLLO E SILVA, 2015).

coerente o desempenho das cooperativas de crédito, desenvolvido pelo *World Council of Credit Unions* (WOCCU).

Ao analisar indicadores financeiros, é importante frisar o que Assaf Neto (2012, p. 50) afirma: “a análise de balanços é fundamentalmente comparativa”. Pode-se dizer, portanto, que um simples indicador avaliado de maneira singular não transmite informação relevante, é apenas um dado. A comparação, seja da própria empresa avaliada em períodos diferentes, seja da empresa com suas concorrentes, é o que transforma os dados da análise em informações úteis, até que se chegue a uma conclusão.

## 2.2 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

A cooperação é expressão inerente à humanidade, desde a antiguidade várias são as formas que os homens cooperam entre si, seja se organizando em grupos para sobreviver na era primitiva, seja reunindo recursos para adquirir alimentos e bens a menor custo no século XIX, à época da Revolução Industrial (PINHEIRO, 2008).

A primeira cooperativa, na forma como se conhece atualmente, surgiu no ano 1844, em Rochdale na Inglaterra, fundada por 28 tecelões com o intuito de comprar alimentos em grande quantidade, a fim de reduzir os custos. Alguns anos depois, Friedrich Wilhelm Raiffeisen criou uma associação de apoio para a população rural, num povoado alemão. Pinheiro (2008) afirma que essa pequena associação serviria de base para a criação da primeira cooperativa de crédito, fundada por Raiffeisen em 1864, chamada “Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf”.

No Brasil, o cooperativismo de crédito surgiu através da criação da “Caixa de Economia e Empréstimos Amstad”<sup>8</sup> fundada pelo padre suíço Theodor Amstad, em dezembro de 1902, na cidade de Nova Petrópolis/RS (CARDOSO, CARNEIRO e RODRIGUES, 2014).

O padre Amstad, fundou ainda 37 cooperativas de outros segmentos<sup>9</sup>, no entanto, a cooperativa pioneira teve o melhor desenvolvimento. Na época, a população de Nova Petrópolis não tinha atendimento bancário, com a criação da cooperativa de Amstad foi possível o acesso a financiamentos com prazos mais flexíveis e crédito a um custo menor, visto que o foco dessas instituições não é o lucro (SESCOOP, 2016).

---

<sup>8</sup> Essa cooperativa, ainda está em atividade sob a denominação Sicredi Pioneira RS (PINHEIRO, 2008).

<sup>9</sup> O cooperativismo se divide em vários segmentos: agropecuário, consumo, crédito, educação, trabalho, habitacional, dentre outros. (OCB, 2019).

O desenvolvimento econômico e social da região onde está inserido é um dos diferenciais do movimento cooperativista. O Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, afirma:

Pelo seu potencial de inclusão financeira e social, o cooperativismo apresenta soluções para questões muito atuais. Empreendedorismo e inclusão de jovens no mercado de trabalho são algumas delas. Assim, como redução da pobreza e das desigualdades sociais. Esse poder educador e emancipador tem sido amplamente discutido e reconhecido no Brasil e no mundo. Prova disso é que, em 2012, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o “Ano Internacional das Cooperativas” alegando que o cooperativismo gera qualidade de vida a um bilhão de pessoas ao redor do mundo. (SESCOOP, 2016, p. 20).

Ao tratar-se das cooperativas de crédito, esse cenário não é diferente, alguns dos aspectos que tornam o cooperativismo financeiro uma opção sustentável em relação aos bancos tradicionais é a participação dos associados na gestão e na distribuição de resultados, bem como o interesse pela comunidade onde está localizada.

[...] elas oferecem praticamente os mesmos produtos e a mesma segurança de uma instituição bancária tradicional, a preços mais justos e em condições normalmente mais vantajosas. Além disso, ainda têm a cultura de estimular o desenvolvimento regional sustentável, de forma que os depósitos e aplicações financeiras de uma determinada localidade sejam reinvestidos na própria região, fomentando a geração de empregos e o desenvolvimento econômico das suas comunidades. (SESCOOP, 2016, p. 33).

É importante destacar que, segundo dados do Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, no ano de 2018, em 182 municípios brasileiros as cooperativas de crédito eram as únicas instituições financeiras, todos com população abaixo de 15 mil habitantes. Em 2019, o Portal do Cooperativismo divulgou que esse número aumentou para 594 municípios. O que reforça a responsabilidade de inclusão social e econômica que tais instituições apresentam.

As cooperativas de crédito estão inseridas no SFN sob a forma de intermediadoras financeiras, sendo assim regulamentadas e fiscalizadas pelo BC. De acordo com Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014) devido à complexidade e o risco da atividade desenvolvida pelas instituições do setor financeiro, a normatização é igualmente complexa e rígida, envolve desde leis federais como a Lei nº 5.764/71 que dispõe sobre a política nacional do cooperativismo, às resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e circulares do BC, como a Resolução CMN nº 3.859/2010 que trata de alterações relativas à constituição e ao funcionamento das cooperativas de crédito.

Para fins de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, as cooperativas financeiras, adotam o compilado de normas e orientações instituído pelo BC através do COSIF<sup>10</sup>.

A Circular nº 1.561/89 (BC, 1989) regulamenta que as cooperativas de crédito singulares e centrais<sup>11</sup> devem publicar: mensalmente, o balancete patrimonial; na data-base 30 de junho, o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do 1º semestre, comparados ao mesmo período do exercício anterior; e na data-base 31 de dezembro, o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração do fluxo de caixa (esta última, desde que o patrimônio líquido do exercício anterior seja superior a R\$ 2 milhões).

Todas as demonstrações devem ser divulgadas comparativamente aos valores do exercício anterior, destacando as informações referentes exclusivamente ao 2º semestre do exercício corrente.

Vale salientar que o balancete mensal é enviado ao BC sob a forma de um arquivo denominado “documento 4010”, e o balanço patrimonial apurado, enviado semestralmente sob a denominação “documento 4016”. Esses arquivos são validados pelo BC e ficam disponíveis para consulta.

### 2.3 ESTUDOS ANTERIORES

O desempenho econômico-financeiro das cooperativas de crédito tem sido bastante discutido na literatura. Vários estudos anteriores foram feitos envolvendo esta temática, principalmente após os anos de 2010, em que as cooperativas foram ganhando mais evidência no cenário nacional.

Gollo e Silva (2015) analisaram a “eficiência global no desempenho econômico-financeiro de cooperativas de crédito brasileiras”. Foi utilizado o sistema PEARLS como metodologia para realização da análise, aplicado as 25 maiores cooperativas de crédito no âmbito brasileiro, no período de 2008 a 2012. Concluiu-se que tais instituições têm um amplo espaço para melhoria de desempenho e adequação de prestação de serviços de qualidade aos seus associados.

---

<sup>10</sup> COSIF - Plano de contas das instituições do SFN. “Que apresenta os critérios e procedimentos contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BC, bem como a estrutura de contas e modelos de documentos previstos no mesmo” (BC, 2020).

<sup>11</sup> A Lei 5.764/71 estrutura as cooperativas em 03 níveis: Singulares (1º grau), formadas por, no mínimo 20 associados; Centrais (2º grau), formadas por, no mínimo 03 Singulares; e Confederações (3º grau) formadas por, no mínimo 03 Centrais.

Cunha, Oliveira e Gozer (2016) buscaram avaliar as cooperativas através da elaboração de tabela de índices-padrão e posterior aplicação do sistema PEARLS para análise de desempenho de 34 cooperativas de livre admissão do Estado do Paraná, no ano de 2015. Consideraram de um modo geral, que a amostra avaliada possui um cenário estável e satisfatório. Ressaltaram, por fim, a relevância da adaptação do sistema PEARLS à realidade brasileira que viabiliza “comparação e análise de desempenho, gerenciamento de riscos, criação de *rating* e previsão de insolvência”.

O estudo de Gomes (2018) teve como objetivo analisar o desempenho de uma cooperativa financeira e um banco comercial, no período de 2015 a 2017. O método utilizado para a análise foi a avaliação de alguns indicadores contábeis tradicionais, de liquidez e rentabilidade, dentre outros. O trabalho concluiu que, embora tenham finalidades distintas, as duas instituições apresentam desempenho semelhantes, e sofrem os impactos da economia também de forma similar.

Araújo (2018) elaborou sua pesquisa com intuito de identificar os índices do Sistema PEARLS que foram determinantes para o desempenho das 16 cooperativas centrais do SICOOB, distribuídas em diversos estados do Brasil, nos anos de 2015 e 2016. O pesquisador fez uso do modelo *Data Envelopment Analysis*<sup>12</sup> – DEA para aplicação dos indicadores de crescimento do sistema PEARLS. O estudo estabeleceu que os indicadores mais relevantes foram os de crescimento do patrimônio líquido ajustado, crescimento das despesas administrativas e crescimento da receita operacional.

A pesquisa de Borges, Benedicto e Carvalho (2014) pretendeu analisar o desempenho econômico-financeiro de 44 cooperativas de crédito de livre admissão no Estado de Minas Gerais, filiadas aos Sicoob Crediminas. Foram utilizados indicadores financeiros, sugeridos por Assaf Neto (2012), aplicados sobre as demonstrações financeiras e agrupados em 3 fatores: capital e risco, rentabilidade e lucratividade e solvência e liquidez. Os resultados alcançados a partir da proposta do trabalho permite a observação da causa de problemas de maior impacto para a eficiência das instituições.

Santos (2019) analisou a evolução e o desempenho de cooperativas de crédito de livre admissão no Estado do Rio Grande do Sul, filiadas ao Sicredi, no período de 2015 a 2018. Os indicadores utilizados para a análise são sugeridos por Assaf Neto (2015) e concluiu-se um desempenho satisfatório para a amostra avaliada. A pesquisadora sugere que estudos sejam

---

<sup>12</sup> Análise envoltória de dados – “Ferramenta matemática desenvolvida para comparar certo número de instituições, desde que sejam homogêneas.” (ARAÚJO, 2018, p. 24).

realizados em amostras reduzidas ou em apenas uma cooperativa, tendo em vista aprofundar a análise.

Assim, torna-se necessário analisar o desempenho econômico e financeiro das cooperativas filiadas ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, vinculadas à Central Nordeste, tendo em vista a atenuante visibilidade dessas cooperativas para os usuários dessas informações, como também para a gestão dessas entidades.

### **3 METODOLOGIA**

A realização de qualquer pesquisa científica depende, dentre outros fatores, dos métodos e técnicas utilizadas. Santos e Filho (2011, p. 38) afirmam que “o método é este conjunto de processos, que etimologicamente tem o significado de caminho para se chegar a um fim”.

A utilização de métodos pré-definidos, organizados e rigorosos é fundamental para a produção da pesquisa científica. A metodologia é conceituada por Pereira (2019, p. 43) como “o emprego do conjunto dos métodos, procedimentos e técnicas que cada ciência em particular põe em ação para alcançar os seus objetivos”.

Desse modo, compreende-se essencial a definição e classificação da forma como o trabalho científico é realizado, desde a busca de dados e informações à elaboração de análises robustas. Cada etapa do processo de pesquisa deve ser organizada e descrita, para que o projeto seja dito como científico.

O presente trabalho considerou o método de estudo de casos múltiplos para sua realização. Com relação ao objetivo geral, a pesquisa foi classificada como descritiva. De acordo com Gil (2010, p. 27), o intuito das pesquisas descritivas pode ser além de descrever características de determinada população, “identificar possíveis relações entre variáveis”. Classifica-se dessa forma, visto que o objetivo deste estudo é analisar, através de indicadores, o desempenho econômico-financeiro das cooperativas de crédito selecionadas.

A abordagem utilizada para análise de dados deste trabalho foi predominantemente quantitativa. Posto que a primeira etapa ocorreu através de levantamento de dados numéricos e objetivos, com o uso de cálculos para se chegar a um resultado, em seguida realizou-se a interpretação dos índices alcançados. As pesquisas de caráter quantitativo são aquelas em que é possível organizar, mensurar e interpretar os dados coletados, de modo claro e objetivo, por vezes fazendo uso de cálculos estatísticos (MARTINS e THEÓPHILO, 2016).

O estudo foi realizado em 06 cooperativas de crédito, filiadas ao Sicoob Central Nordeste – Sicoob NE. São elas: Sicoob Pernambuco (C1)<sup>13</sup>, Sicoob Paraíba (C2), Sicoob Piauí (C3), Sicoob Centro Leste e Norte Maranhense (C4), Sicoob Oeste Maranhense (C5) e Sicoob Sul Maranhense (C6). A escolha da amostra definiu-se com base na modalidade das cooperativas analisadas; no caso, aquelas classificadas como de “livre admissão”.

O intervalo utilizado para análise foi de 05 anos, composto pelo período de 2015 a 2019. Para definição do corte temporal, levou-se em consideração que estudos anteriores tomaram para pesquisa períodos de até 05 anos, como Borges, Benedicto e Carvalho (2014), Gollo e Silva (2015) e Santos (2019). É importante ressaltar que a cooperativa C6 foi constituída no ano de 2016 e entrou efetivamente em atividade em 2017, dessa forma, especificamente para esta, o intervalo foi de 03 anos, 2017 a 2019.

Ao tratar-se efetivamente do objetivo central deste trabalho, foram utilizados os indicadores sugeridos por Assaf Neto (2012) para análise de desempenho em instituições financeiras. Segregam-se os indicadores utilizados em dois grupos – solvência e liquidez e rentabilidade e lucratividade – conforme detalhado adiante.

Demonstram-se, em seguida, as fórmulas matemáticas utilizadas para calcular os índices da análise de desempenho das cooperativas. Para os indicadores de solvência e liquidez são aplicadas as fórmulas de 1 a 4; já para calcular a rentabilidade e lucratividade, as fórmulas utilizadas são aquelas de 5 a 12.

$$\text{Encaixe Voluntário (EV)} = \frac{\text{Disponibilidades}^{14}}{\text{Depósitos à vista}} \quad (1)$$

$$\text{Liquidez imediata (LI)} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{Aplicações interfinanceiras de liquidez}^{15}}{\text{Depósitos à vista}} \quad (2)$$

$$\text{Índice empréstimos/depósitos (IED)} = \frac{\text{Operações de crédito}^{16}}{\text{Depósitos}} \quad (3)$$

$$\text{Participação dos empréstimos (PDE)} = \frac{\text{Operações de Crédito}}{\text{Ativo total}} \quad (4)$$

<sup>13</sup> C1, C2, C3, C4, C5 e C6 códigos utilizados para identificar as cooperativas durante as análises e demais referências.

<sup>14</sup> Disponibilidades: Caixa e Depósitos bancários.

<sup>15</sup> Aplicações interfinanceiras de liquidez: Aplicações financeiras de liquidez, Títulos e valores mobiliários e Relações interfinanceiras.

<sup>16</sup> Operações de crédito: Operações de crédito (Empréstimos, Financiamentos, Financiamentos rurais) e Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa.

$$\text{Retorno sobre o patrimônio líquido (RSPL)} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \quad (5)$$

$$\text{Retorno sobre o investimento total (RSIT)} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Ativo total}} \quad (6)$$

$$\text{Margem líquida (ML)} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Receitas de intermediação financeira}^{17}} \quad (7)$$

$$\text{Margem financeira (MF)} = \frac{\text{Resultado bruto da intermediação financeira}^{18}}{\text{Ativo total}} \quad (8)$$

$$\text{Custo médio de captação (CMC)} = \frac{\text{Despesas financeiras de captação de mercado}^{19}}{\text{Depósitos a prazo}} \quad (9)$$

$$\text{Retorno médio das operações de crédito (RMOC)} = \frac{\text{Receitas financeiras de operações de crédito}^{20}}{\text{Operações de crédito}} \quad (10)$$

$$\text{Lucratividade dos ativos (LA)} = \frac{\text{Receitas de intermediação financeira}}{\text{Operações de crédito}} \quad (11)$$

$$\text{Índice de eficiência operacional (IE)} = \frac{\text{Despesas operacionais}}{\text{Receitas de intermediação financeira}} \quad (12)$$

Os dados utilizados para análise foram extraídos das demonstrações financeiras de cada cooperativa, especificamente do Balanço Patrimonial e da DSP<sup>21</sup>, as demonstrações são divulgadas como parte do relatório anual de cada cooperativa e disponibilizadas no *site* oficial<sup>22</sup> do Sicoob NE. É importante ressaltar que para os anos de 2015 e 2016 os relatórios anuais foram divulgados em jornal, e não estão disponíveis na internet. Para a pesquisa foi necessário solicitar tais relatórios internamente ao Sicoob Central NE. A organização, tabulação das informações e elaboração dos cálculos necessários para a análise foram realizadas em planilhas do *software* Excel 2010.

<sup>17</sup> Receitas de intermediação financeira: Rendas de operações de crédito e Rendas com títulos e valores mobiliários.

<sup>18</sup> Resultado bruto da intermediação financeira: Receitas de intermediação financeira e Despesas de intermediação financeira.

<sup>19</sup> Despesas financeiras de captação de mercado: Despesas de captação.

<sup>20</sup> Receitas financeiras de operações de crédito: Rendas de operações de crédito.

<sup>21</sup> Demonstração de Sobras ou Perdas, nomenclatura utilizada pelas cooperativas de crédito para o relatório de demonstração do resultado do exercício.

<sup>22</sup><https://www.sicoobne.com.br/>

## 4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

Nesta etapa do trabalho é apresentada a análise dos indicadores econômico-financeiros aplicados a partir das demonstrações financeiras das 06 cooperativas tomadas para o estudo. As informações expostas neste tópico foram organizadas e analisadas com a pretensão de evidenciar o desempenho econômico e financeiro de cada instituição, segregando os indicadores anualmente por cooperativa.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE

O Sicoob é um sistema financeiro cooperativo, considerado o maior do Brasil, com cerca de 4,6 milhões de associados e mais de 2,7 mil pontos de atendimentos. O sistema está presente em 1.795 municípios e em 294 deles é a única instituição financeira. É composto por cooperativas de crédito, organizadas em três níveis hierárquicos: singulares, centrais e confederação. Conjuntamente a essas instituições compõem ainda o sistema, o Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob e empresas controladas e subsidiárias, como seguradoras, administradoras de consórcio e previdência (SICOOB, 2020).

Na região Nordeste do Brasil, o Sicoob conta com duas Centrais (Sicoob NE e Sicoob BA) e 24 cooperativas singulares e está presente em mais de 130 municípios. Para amostra deste estudo, optou-se em aplicar as análises sobre as cooperativas vinculadas ao Sicoob NE, devido sua presença em vários estados e municípios da região. Pois o Sicoob BA concentra a maior parte de suas singulares no estado da Bahia, o que não seria interessante para o trabalho visto o objetivo de analisar o desempenho das cooperativas em várias localidades da região (SICOOB BA, 2020).

O Sicoob Central Nordeste completou 25 anos de fundação no ano de 2019, e está presente em todos os estados da região. De acordo com o Relatório Anual de 2019 (SICOOB NE, 2020) o Sicoob NE é composto por 12 singulares, entre elas 06 são caracterizadas como cooperativas de livre admissão, foco deste trabalho. As instituições analisadas estão distribuídas da seguinte forma: uma em Pernambuco (C1), uma na Paraíba (C2), uma no Piauí (C3) e três no Maranhão (C4, C5 e C6).

A seguir será apresentada, com o auxílio de gráficos, a descrição das análises e dos indicadores aplicados, em que se verifica o desempenho das cooperativas do Sicoob NE, quanto à solvência e liquidez, rentabilidade e lucratividade. Para fins de consulta foram

disponibilizadas por meio do Apêndice I as tabelas onde são detalhados os indicadores de maneira analítica.

## 4.2 ÍNDICES DE SOLVÊNCIA E LIQUIDEZ

A análise das demonstrações financeiras por meio de indicadores permite que os grupos de contas sejam analisados a partir da relação com outros grupos, não apenas individualmente. Iudícibus (2014) afirma, portanto, que essa técnica dá ao interessado a possibilidade de realizar comparações, analisar tendências, além de verificar os efeitos de determinadas decisões, como o impacto de financiar o ativo com recurso próprio ou recurso de terceiros, por exemplo.

Em instituições financeiras a análise dos índices de solvência e liquidez não obedece à corriqueira interpretação de quanto maior melhor. Conforme Assaf Neto (2012) os intermediários financeiros tendem a despender esforços para equilibrar tais indicadores. Isto é, eles não devem estar altos demais nem baixos demais. Pois os recursos que não produzem rendimentos geralmente são mantidos em níveis mais baixos, fomentando assim a geração do *spread*<sup>23</sup>.

Solvência e liquidez se remetem à capacidade financeira de uma instituição. O conceito de liquidez é mais usual, logo, sua compreensão tende a ser mais clara. Embora o entendimento seja semelhante entre as duas definições, Assaf Neto (2012, p. 303) esclarece:

Uma instituição financeira é considerada solvente quando o valor de seus ativos superar o valor de seus passivos de diferentes naturezas, formando um excedente definido por patrimônio líquido. Um maior volume de riqueza líquida funciona naturalmente como uma reserva de segurança diante de eventuais perdas de valor de ativos. [...] A posição de liquidez revela, mais especificamente, a habilidade de uma instituição gerar caixa de maneira a atender adequadamente a suas obrigações financeiras.

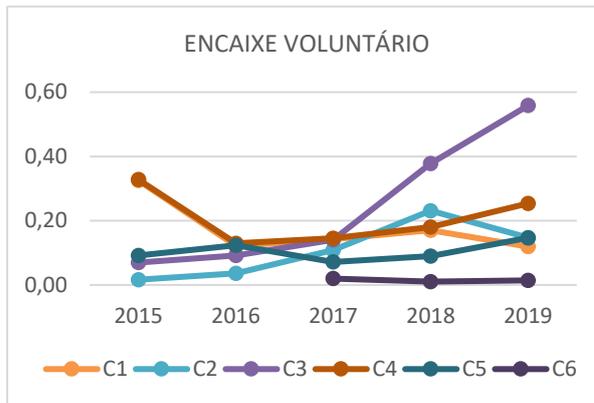
O encaixe voluntário trata basicamente da relação entre os depósitos à vista e as disponibilidades. Para Assaf Neto (2012), esse indicador revela a capacidade financeira da instituição em cobrir de forma imediata os saques dos valores depositados à vista, ou seja, os valores captados pela instituição para os quais o depositante tem a possibilidade de sacar sem prévio aviso ou solicitação.

Dessa forma percebe-se por meio da verificação do Gráfico 1, que todas as cooperativas apresentam o encaixe voluntário abaixo de 1,00. É interessante notar também

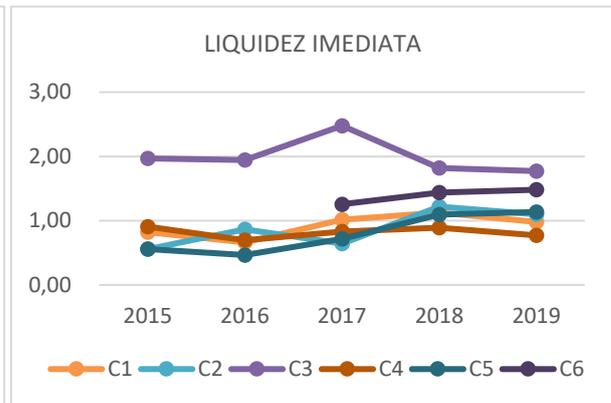
---

<sup>23</sup> O *spread*, de acordo com o BC (2016), é a diferença entre a taxa de aplicação (juros cobrados sobre a concessão de crédito, recebidos pela aplicação de recursos, etc.) e a taxa de captação (juros pagos pela instituição aos depositantes).

que na maioria das instituições, com exceção da C3 - que teve alguma elevação, mas ainda assim permanecendo abaixo de 0,60 - o indicador se mantém constante, com pequenas variações, o que aponta possíveis direcionamentos da gestão, sobre manter valores aplicados a fim de gerar rentabilidade.



**Gráfico 1 – Encaixe Voluntário**  
Fonte: Elaboração própria (2020)



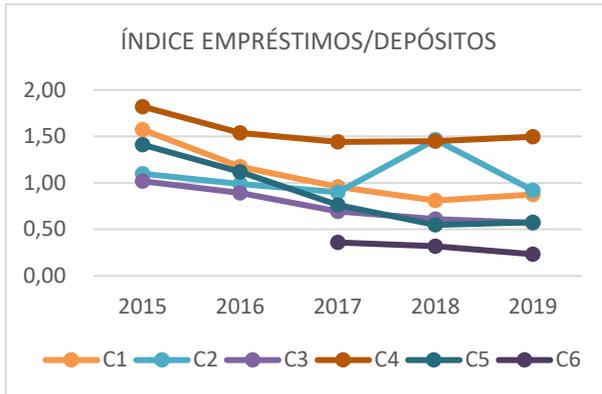
**Gráfico 2 – Liquidez imediata**  
Fonte: Elaboração própria (2020)

Por conseguinte, conforme o Gráfico 2, que retrata a liquidez imediata, infere-se que em 2015 e 2016 quatro das cinco cooperativas apresentaram o indicador abaixo de 1,00. Tal cenário não é ideal para uma instituição financeira, como não é para nenhuma empresa, visto que a liquidez imediata reflete a eficiência da instituição em cobrir seus depósitos à vista considerando todo seu ativo de curto prazo, não apenas as disponibilidades como no encaixe voluntário (ZDANOWICZ, 2014).

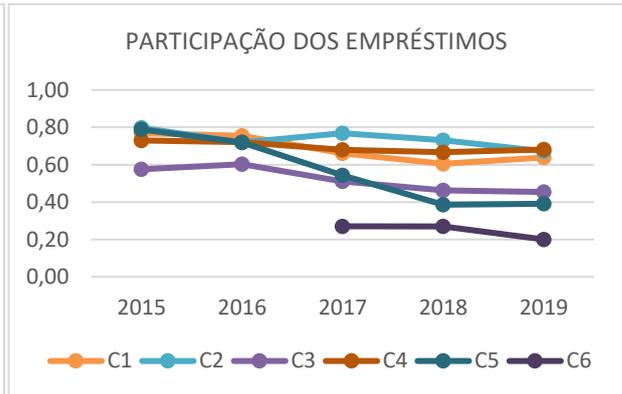
Nesse caso, o mais adequado seria manter tal índice mais próximo de 1,00, mesmo com variações para mais ou para menos. O que representa que para cada R\$ 1,00 de depósitos à vista, a instituição tem no mínimo R\$ 1,00 de recurso disponível para saque.

No entanto, a partir de 2017 há notável melhora em todas as cooperativas e a manutenção da LI em nível satisfatório. Vale frisar, porém, que a C3 manteve sua LI em níveis mais altos que as demais, uma média de 2,00, algo que não é necessariamente bom, pois o excesso de liquidez é refletido como perda de rentabilidade.

Quanto ao IED, calcula-se o volume de crédito que foi concedido à proporção dos depósitos totais. Essa relação indica quanto foi aplicado em operações de crédito (empréstimos, financiamentos, etc.), para cada R\$ 1,00 de recursos captados. É importante ressaltar o que assegura Assaf Neto (2012), existe um risco ao emprestar mais recurso do que foi depositado, pois se pode prejudicar a capacidade de atender a saques inesperados por parte dos depositantes. Em contrapartida, o eventual aumento na concessão de crédito, provoca melhor rentabilidade.



**Gráfico 3 – Índice empréstimos/depósitos**  
Fonte: Elaboração própria (2020)



**Gráfico 4 – Participação dos empréstimos**  
Fonte: Elaboração própria (2020)

A partir do Gráfico 3, nota-se que todas as cooperativas, que estavam em atividade, mantiveram seus valores acima de 1,00 em 2015 e 2016, o que demonstra sua inclinação para o fomento de rentabilidade, mesmo com o risco considerável.

No entanto, percebe-se uma tendência à redução do indicador e à manutenção dele mais próximo ao ponto de equilíbrio nas cooperativas C1, C3 e C5, que nos últimos três anos permaneceram entre 0,58 e 0,90. A cooperativa C6 mantém o indicador sempre abaixo de 0,50, o que é compreensível tendo em vista que estava no início de suas atividades, onde há maior conservadorismo quanto ao risco e a carteira de crédito ainda busca consolidação.

O Gráfico 4 demonstra a participação de empréstimos, que nada mais é que a representatividade das operações de crédito em relação ao ativo total da instituição. De acordo com Assaf Neto (2012), esse indicador apresenta quanto do ativo está comprometido com a concessão de crédito, pois é preciso considerar que os empréstimos são ativos que comprometem a liquidez, haja vista que não estão passíveis de negociação até seu vencimento. Por outro lado, da mesma forma que o IED, um investimento em operações de crédito, implica um importante estímulo de rentabilidade.

Sendo assim, ao avaliar os índices de cada cooperativa, pode-se perceber o volume significativo de operações de crédito em relação ao seu ativo total. Apenas a cooperativa C6, apresenta o indicador abaixo de 0,50. Nas demais, os empréstimos representam em média 50% a 70% de seu ativo total. Entende-se, portanto, que a maioria das instituições analisadas tem avaliação positiva sobre o PDE, pois é esperado um incremento de rentabilidade a partir do alto comprometimento do ativo com a concessão de crédito.

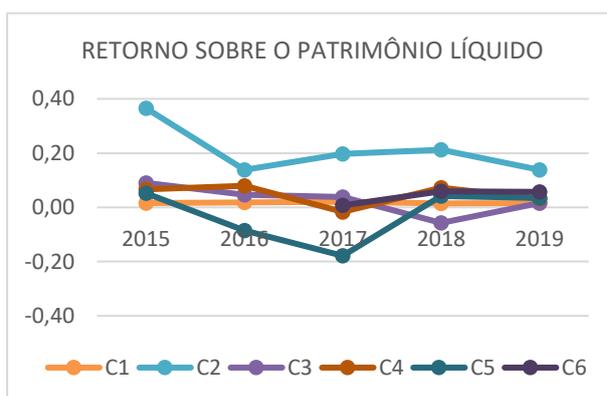
### 4.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE

A rentabilidade é um dos aspectos mais importantes da atividade empresarial, no universo das instituições financeiras não é diferente. Embora as cooperativas de crédito não tenham como principal finalidade o lucro, ter um desempenho econômico rentável é quesito de sobrevivência na realidade de qualquer negócio. Para corroborar, Zdanowicz (2014, p. 117) aponta:

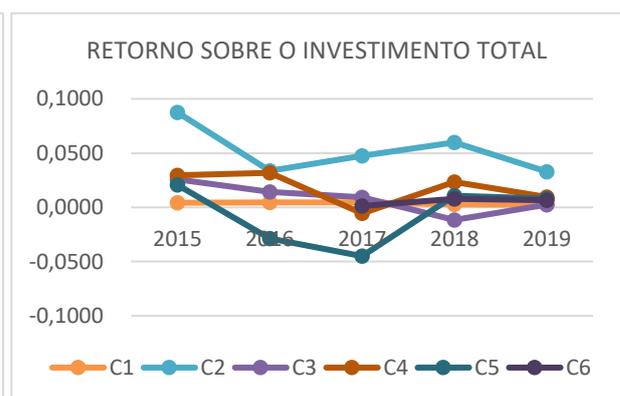
Afinal, é preciso saber se o resultado esperado foi alcançado e se as sobras obtidas são suficientes para financiar a expansão da cooperativa, bem como a qualificação e o treinamento de funcionários, para manter suas atividades, pesquisar a redução de custos e desenvolver tecnologia para lançar novos produtos, além de atender plenamente aos associados.

O retorno sobre o patrimônio líquido mede qual a remuneração dos sócios em relação ao lucro líquido. Para Martins, Diniz e Miranda (2018), o RSPL é o indicador de rentabilidade mais importante, já que apresenta ao investidor o retorno líquido do capital aplicado na organização. Em contrapartida, Iudícibus (2014), sugere que o indicador de retorno sobre o investimento total, é possivelmente o mais importante índice na análise das demonstrações, pois indica a rentabilidade do ativo, isto é, quanto a instituição apresenta de rendimento para cada 1,00 de todo o capital investido (ativo total).

De acordo com a análise do RSPL e do RSIT, apresentada nos Gráficos 5 e 6, destaca-se o desempenho da cooperativa C2, que manteve seus índices em níveis superiores às demais, e apesar da redução em 2016, os indicadores continuaram estáveis e satisfatórios, com uma variação de 0,14 a 0,36 para o retorno sobre o patrimônio líquido e de 0,033 e 0,087 sobre o investimento total, o que significa uma média 21% de retorno para os sócios e 3,3% de retorno sobre o ativo total. Quanto às demais, os níveis de rentabilidade de ambos os indicadores estão abaixo do esperado. As cooperativas C3, C4 e C5 apresentaram retorno negativo entre 2016 e 2018.



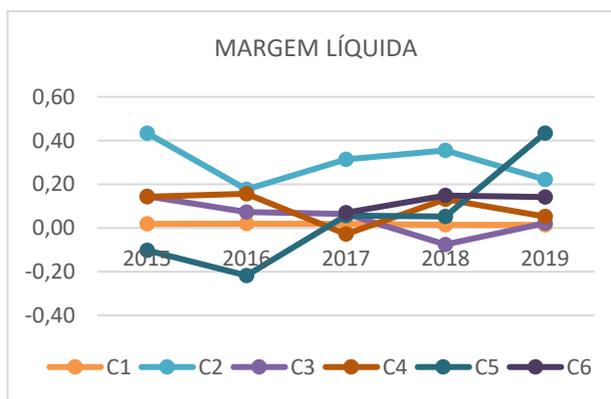
**Gráfico 5 – Retorno sobre o patrimônio líquido**  
Fonte: Elaboração própria (2020)



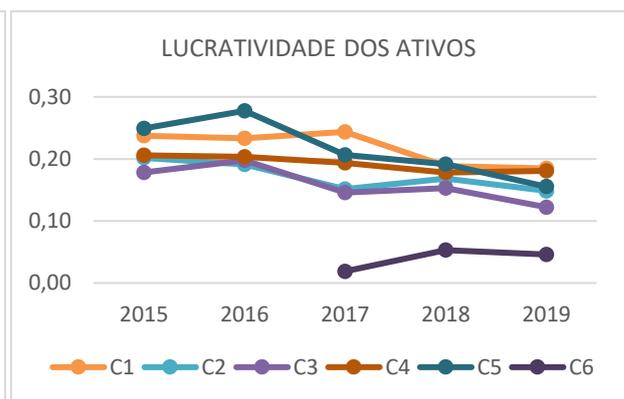
**Gráfico 6 – Retorno sobre o investimento total**  
Fonte: Elaboração própria (2020)

No entanto, ao avaliar os resultados demonstrados, vale salientar que a C5 teve a menor taxa de retorno tanto para o RSPL quanto para o RSIT, esta foi a única das instituições analisadas que apresentou retorno médio negativo nos 05 anos. Mesmo com um resultado geral abaixo do razoável, nota-se que ambos os indicadores tiveram uma evolução positiva nos anos de 2018 e 2019, o que representa a atenção e melhoria da gestão quanto à relevância desses resultados.

Os indicadores margem líquida e lucratividade dos ativos são relevantes para medir a produção de resultado a partir da atividade principal da instituição. A ML relaciona a receita de intermediação financeira com o lucro líquido, ou seja, demonstra a participação da principal receita da organização no resultado final, líquido de todas as despesas, tributos, e demais deduções. A LA, por sua vez, apresenta a relação entre a receita operacional (intermediação financeira), com os investimentos totais (ativo), a fim de demonstrar o quanto a instituição obteve de receita para cada R\$ 1,00 investido, sendo assim a LA apresenta lógica semelhante à rotatividade do ativo (ASSAF NETO, 2012).



**Gráfico 7 – Margem líquida**  
Fonte: Elaboração própria (2020)



**Gráfico 8 – Lucratividade dos ativos**  
Fonte: Elaboração própria (2020)

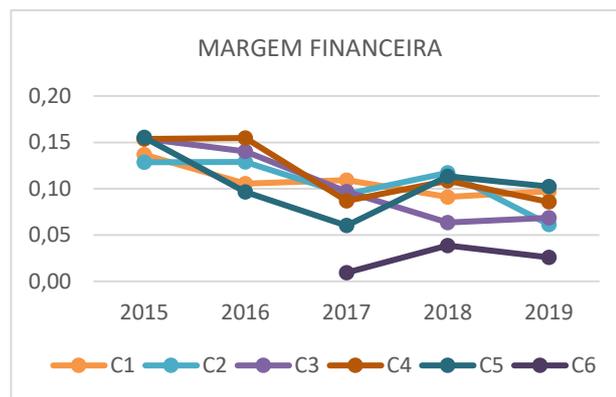
Para Zdanowicz (2014), as cooperativas tendem a definir, de acordo com a estratégia de negócios, como será rentabilizada, se pela margem ou pelo giro de seus produtos e serviços, normalmente utilizam a margem quando a geração de receita ocorre com menor frequência e a rotatividade quando há uma aplicação de velocidade na realização das receitas.

Conforme demonstrado nos Gráficos 7 e 8, as cooperativas C2 e C6 apresentam a melhor margem líquida, em contrapartida expõem as menores médias para a lucratividade dos ativos. Tal circunstância não é uma regra, mas é uma tendência, indicar um resultado melhor na ML e índices relativamente mais baixos quanto à LA. As demais C1, C3, C4 e C5 demonstram a ML com índices bem abaixo da média, se comparados à C2 e C6. No entanto, para a lucratividade dos ativos as quatro cooperativas apresentam resultados superiores, o que

revela que a variação de tais indicadores tem origem na estratégia de rentabilidade dos investimentos.

É importante destacar que no caso das quatro cooperativas que apresentaram o indicador de LA com média superior, apesar de se apresentarem razoavelmente acima das demais, o nível dos indicadores não está no considerado satisfatório. Isto é, para todas as instituições analisadas, a média geral é de 0,18, que representa que para cada 1,00 de investimento apenas 0,18 se realizou enquanto receita de intermediação financeira.

Para o cálculo do índice de margem financeira, é considerado o resultado bruto de intermediação financeira em referência ao seu ativo total, o que evidencia o reflexo do investimento realizado em ativos no resultado das operações de intermediação, este é representado pela diferença entre as receitas e despesas de intermediação financeira (ASSAF NETO, 2012). A MF revela qual o impacto dos investimentos totais da organização em seu resultado operacional, pode-se dizer que o intuito deste indicador é avaliar a qualidade da gestão dos ativos.



**Gráfico 9 – Margem financeira**

Fonte: Elaboração própria (2020)

Ao verificar o Gráfico 8 que expõe o desempenho da margem financeira das cooperativas, nota-se que entre 2015 e 2019 houve uma propensão à queda deste indicador. No primeiro ano analisado a média geral da MF foi de 0,15 enquanto em 2019 a média apresentada foi de 0,07.

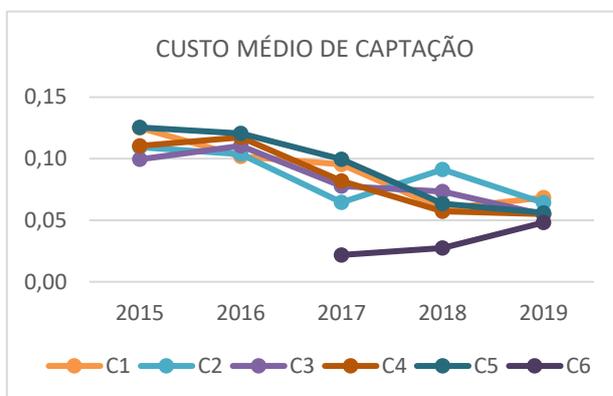
Dessa forma, compreende-se que a capacidade das cooperativas em transformar ativos em resultado foi prejudicada, visto que o último ano analisado revela que para cada 1,00 de investimento total apenas 0,07 foram realizados como resultado da atividade de intermediação financeira, uma redução de 53% na média geral da margem financeira.

Os indicadores de custo médio de captação e retorno médio das operações de crédito demonstram, respectivamente, a relação dos custos de captação com o volume de depósitos a prazo, e o ganho financeiro em relação às operações de crédito. Esses índices fazem uma exposição direta da média de custo dos recursos captados de terceiros e do retorno referente à concessão de crédito (ASSAF NETO, 2012).

Para realização da análise do CMC e RMOC, faz-se necessário esclarecer que esses indicadores são complementares, à medida que o custo médio é avaliado pela premissa de quanto menor, melhor; o retorno médio é considerado satisfatório quanto maior se apresentar.

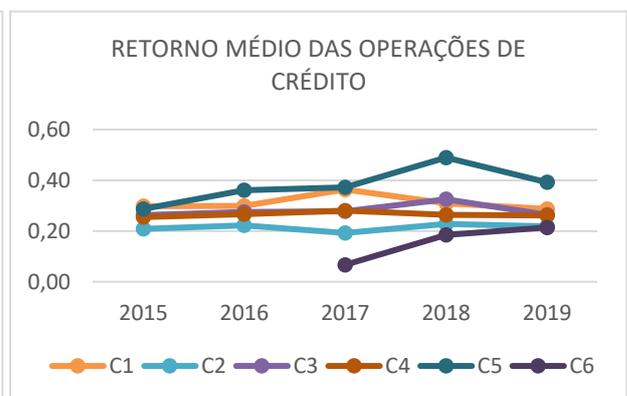
Quanto ao comportamento do CMC nas cooperativas avaliadas, apresentado no Gráfico 10, percebe-se uma redução constante na representatividade deste indicador, o que significa que o custo de captar recursos de terceiros para a concessão de crédito se revelou menor a cada ano do período em análise.

Por outro lado, verifica-se no Gráfico 11 que para o RMOC não há variação relevante, os níveis desse índice se mantêm satisfatórios, em geral acima de 0,20. Exceto para a cooperativa C6 que no primeiro ano apresenta um RMOC de 0,07, bem abaixo das demais, ainda assim nos anos seguintes percebe-se a melhora do indicador atingindo a média do grupo analisado.



**Gráfico 10 – Custo médio de captação**

Fonte: Elaboração própria (2020)



**Gráfico 11 – Retorno médio das operações de crédito**

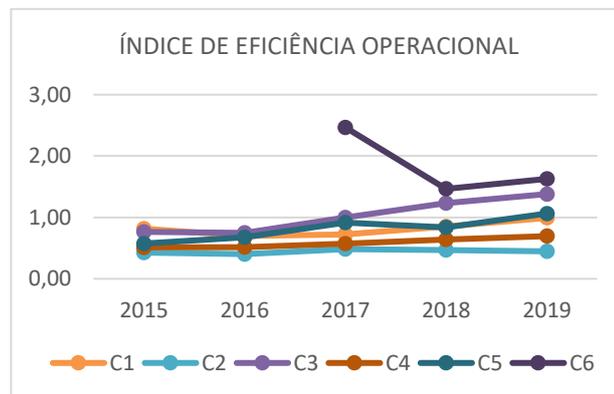
Fonte: Elaboração própria (2020)

De acordo Martins, Diniz e Miranda (2018), quando se faz a diferença entre o RMOC e o CMC, encontra-se um resultado definido como *spread* bruto. Portanto, conclui-se que ainda que não haja grande variação no retorno médio, a queda do CMC gera um resultado positivo para as instituições.

Para medir o desempenho das instituições financeiras, um dos indicadores utilizados é o índice de eficiência operacional, por meio dele é revelada a produtividade da instituição.

Conforme afirma Assaf Neto (2012) o IE demonstra a relação entre as despesas operacionais e a receita de intermediação, isto é, o esforço operacional que a empresa despender para gerar sua receita fim, dessa forma quanto menor o indicador se apresentar, melhor o resultado.

A partir da verificação do Gráfico 12, é possível perceber que a cooperativa C6 apresenta um nível bastante elevado no IE, mesmo levando em consideração que em 2017 foi o início de suas atividades e que esse fator impacta de modo relevante em seus custos operacionais, a redução registrada nos anos seguintes não foi o suficiente para deixar o indicador em nível satisfatório, permanecendo acima de 1,00.



**Gráfico 12 – Índice de eficiência operacional**  
Fonte: Elaboração própria (2020)

Em contrapartida, a cooperativa C2 se apresenta com a melhor eficiência operacional dentre as instituições avaliadas. O IE se revela estável e sempre abaixo de 0,50, com uma média de 0,45 para os cinco anos, o que quer dizer que para cada R\$ 1,00 de receita há um custo com despesas operacionais de R\$ 0,45, favorecendo o seu resultado.

Para as demais cooperativas, com exceção da C3 que apresentou a média de 1,03, as demais se mantiveram em níveis razoáveis ou satisfatórios, abaixo de 1,00. Dessa forma, de um modo geral, conclui-se que das 06 instituições, 04 demonstraram eficiência operacional e 02 se revelaram ineficientes, isto é, despenderam um custo operacional acima do total de receita de intermediação realizada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar o desempenho econômico-financeiro das cooperativas de crédito de livre admissão filiadas ao Sicoob NE. Para realização dessa análise, fez-se uso de indicadores aplicados sobre as demonstrações financeiras, no período de 2015 a 2019.

A partir da análise dos indicadores de solvência e liquidez, pode-se concluir que as cooperativas apresentam uma capacidade financeira satisfatória diante de suas obrigações, bem como do empenho em fomentar rentabilidade.

Embora o cenário geral esteja adequado ao esperado, é importante salientar que a cooperativa C2 demonstra o melhor desempenho. Nota-se que em alguns indicadores há alta tolerância ao risco, como no caso do PDE, em que a média de comprometimento do ativo para os cinco anos analisados é de 0,74, ou seja, nesta cooperativa a média da participação das operações de crédito no ativo total supera os 70%. Tal postura indica o intuito de estimular a geração de rentabilidade, mas demonstra também que a análise para a concessão de crédito deve ser cuidadosa e controlada, para mitigar o risco de perda por inadimplência.

Quanto aos indicadores de rentabilidade e lucratividade, por outro lado, o desempenho das organizações analisadas se apresenta moderado, mas ainda assim razoável. Em sua maioria, as cooperativas demonstram um retorno tímido e em alguns casos até negativo, como a C5 que apresenta média dos cinco anos negativa tanto para o RSPL quanto para o RSIT.

Num cenário geral sobre a lucratividade e rentabilidade das cooperativas analisadas, em alguns indicadores percebe-se uma melhora de desempenho nos anos de 2018 e 2019. Vale ressaltar que a verificação do IE demonstra um aumento de 69% de 2016 para 2017, isso revela que o esforço operacional que as cooperativas fizeram para auferir rendimentos foi 60% maior em 2017 que no ano anterior, o IE se manteve na mesma média durante os anos de 2018 e 2019.

Dessa forma, é possível concluir que quanto à liquidez e solvência as cooperativas de livre admissão, filiadas ao Sicoob NE, se apresentam em níveis satisfatórios. Todavia, a mesma gestão não alcançou os resultados esperados para a rentabilidade e lucratividade. Isto é, no aspecto financeiro os resultados são positivos e atingem as expectativas. Já quanto ao fenômeno econômico, na geração de lucratividade das operações, há pontos que precisam de atenção para que se alcance melhores desfechos. Pode-se evidenciar a cooperativa C2 como modelo de comportamento por meio dos indicadores analisados para que as demais busquem um desempenho mais satisfatório.

Quanto às limitações da pesquisa, embora o processo seja considerado ameno, faz-se necessário frisar que a cooperativa C6 iniciou suas atividades em 2017, o que impactou na análise devido o corte temporal compreender os anos de 2015 a 2019.

Em relação ao acesso às informações, o intuito inicial foi utilizar os dados dos documentos 4010 e 4016, disponibilizados no *site* do BC. No entanto, o formato do arquivo e a sintetização das informações dificultou a aplicação das fórmulas. Por isso, houve a

necessidade de buscar as demonstrações financeiras de cada cooperativa que são divulgadas nos relatórios anuais, os de 2018 e 2019 estão disponíveis em *site* oficial, mas para os anos anteriores foi preciso solicitar internamente ao Sicoob Central NE.

Por fim, como sugestão para futuras pesquisas, é possível realizar a análise através de indicadores mais específicos para as cooperativas de crédito, como a metodologia PEARLS. Bem como, analisar de forma comparativa cooperativas de sistemas diferentes, ou de forma mais ampla no Nordeste do Brasil, visto que grande parte das pesquisas já realizadas de forma regional focaram suas análises no Sul e Sudeste do país.

## REFERÊNCIAS

ABREU, E., SILVA, L., **Sistema Financeiro Nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

ARAÚJO, L. M. de, **Indicadores de crescimento das cooperativas de crédito brasileiras: uma aplicação dos indicadores PEARLS em cooperativas de crédito pertencentes ao SICOOB**, 2018.

ASSAF NETO, A., **Estrutura e Análise de Balanços**, 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, A., **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**, 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em:  
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000146/cfi/352!/4/2@100:0.00>>  
Acesso em: 28 Mar 2020.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G., **Fundamentos de Administração Financeira**, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.  
Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010145/>> Acesso em: 21 Mar 2020

BC – Banco Central do Brasil. **Circular nº 1.561 de 29 de dezembro de 1989**. Brasília, DF, 1989. Disponível em:  
<[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/41794/Circ\\_1561\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/41794/Circ_1561_v1_O.pdf)> Acesso em: 27 Mar 2020.

BC – Banco Central do Brasil. **Juros e Spread Bancário – Série: Perguntas Mais Frequentes**. 2016. Disponível em:  
<[https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/Documents/publicacoes/serie\\_pmf/FAQ%2001-Juros%20e%20Spread%20Banc%C3%A1rio.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/Documents/publicacoes/serie_pmf/FAQ%2001-Juros%20e%20Spread%20Banc%C3%A1rio.pdf)> Acesso em 20 Mai 2020.

BC - Banco Central do Brasil. **O que é cooperativa de crédito**. Disponível em:  
<<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>> Acesso em: 29 Fev 2020.

BC - Banco Central do Brasil. **Panorama do sistema nacional de crédito cooperativo**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama>> Acesso em: 03 Mar 2020.

BC - Banco Central do Brasil. **Plano Contábil das Instituições Financeiras (COSIF)**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cosif>> Acesso em: 28 Mar 2020.

BORGES, R. C., BENEDICTO, G. C. D.; CARVALHO, F. D. M. Avaliação de desempenho econômico-financeiro de cooperativas de crédito de livre admissão de Minas Gerais por meio da análise fatorial das demonstrações contábeis. In XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/250.pdf>> Acesso em 27 Mar 2020.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Exposição de motivos nº 196, de 24 de junho de 1976**. Brasília, DF, 1976. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/leis-decretos/anexos/EM196-Lei6404.pdf>> Acesso em: 20 Mar 2020.

BRASIL. Presidência da República/Congresso Nacional. **Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm)> Acesso em: 27 Mar 2020.

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N.; RODRIGUES, E. R. Q. **Cooperativas Financeiras**. Brasília, DF: Sebrae, 2014, p. 27. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/9970048dc97abead0afee901d6c02c79/\\$File/5187.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9970048dc97abead0afee901d6c02c79/$File/5187.pdf)> Acesso em: 23 Mar 2020.

CONFEBRAS – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito – **Panorama do cooperativismo**. Banco Central do Brasil, 2020. Disponível em: <<http://confefbras.coop.br/panorama-do-cooperativismo2/>> Acesso em 27 Mai 2020.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis 00 (R2) – **Estrutura Conceitual Para Relatório Financeiro**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573\\_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf)> Acesso em: 20 Mar 2020.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis 26 (R1) – **Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312\\_CPC\\_26\\_R1\\_rev%2014.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2014.pdf)> Acesso em: 17 Mar 2020.

CUNHA, P. V. S., de OLIVEIRA, W. C., & GOZER, I. C. Análise de desempenho das cooperativas de crédito do estado de Santa Catarina: aplicação do sistema Pearls. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, 17(1), 2016.

FGCOOP – Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito. **O que é uma cooperativa de crédito**. Disponível em: <<https://www.fgcoop.coop.br/texto-detahes?id=18>> Acesso em: 01 Mar 2020.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLLO, V., da SILVA, T. P., Eficiência no desempenho econômico-financeiro de cooperativas de crédito brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 9(25), 43-55, 2015.

GOMES, R. V., **Desempenho econômico-financeiro: Cooperativas de crédito x bancos comerciais**, 2018.

IUDICIBUS, S. de. **Análise de Balanços**, 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. **Análise Avançada das Demonstrações Contábeis - Uma Abordagem Crítica**, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597014013/>> Acesso em: 21 mar 2020.

MARTINS, G. de A., THEÓPHILO, C. R., **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009088/cfi/6/10!/4/28/2@0:1.67>> Acesso em: 02 Mai 2020.

MAZZIONI, S.; KLANN, R. C. Determinantes da qualidade da informação contábil sob a perspectiva das características empresariais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, 35(1), 55-73, 2016.

NIYAMA, J. K., SILVA, C. A. T., **Teoria Da Contabilidade**, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522480593/>> Acesso em: 20 Mar 2020.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **O que é cooperativismo**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>> Acesso em: 27 Mar 2020.

PEREIRA, J. M., **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/cfi/6/10!/4/12/2@0:77.1>> Acesso em: 01 Mai 2020.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília: BCB, 2008. Disponível em:

<[https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/Documents/outras\\_pub\\_alfa/livro\\_cooperativas\\_credito.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/Documents/outras_pub_alfa/livro_cooperativas_credito.pdf)> Acesso em: 24 Mar 2020.

PORTAL DO COOPERATIVISMO, 2019.

Disponível em: <<https://cooperativismodecredito.coop.br/2019/12/ir-mais-longe-para-estar-mais-perto/>> Acesso em: 28 Mar 2020.

SANTOS, J. A. **Análise da evolução e do desempenho econômico/financeiro das cooperativas de crédito de livre admissão de associados do Rio Grande do Sul**, 2019.

Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/5428>> Acesso em 26 Mar 2020.

SANTOS, J. A. dos, FILHO, D. P., **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: *Cengage Learning*, 2011. Disponível em:  
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522112661/cfi/52!/4/2@100:0.00>>  
Acesso em: 01 Mai 2020

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Cooperativismo de crédito: boas práticas no Brasil e no mundo**. Brasília: Farol Estratégias em Comunicação, 2016. Disponível em: <<http://www.sescoopr.coop.br/app/uploads/2017/08/cooperativismo-credito.pdf>> Acesso em: 27 Mar 2020.

SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, 2020. Disponível em:  
<<https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/sistema-sicoob>> Acesso em: 16 Mai 2020.

SICOOB BA – Sicoob Central Bahia. **Sicoob BA**, 2020. Disponível em:  
<<https://www.sicoob.com.br/web/sicoobba/sicoob-ba>> Acesso em: 17 Mai 2020.

SICOOB NE – Sicoob Central Nordeste. **Relatório Anual de 2019**, 2020. Disponível em:  
<<https://www.sicoobne.com.br/pdf/previewgallery?itemID=37170ef4-d334-466c-87d0-e5d41a45fa15>> Acesso em: 17 Mai 2020.

WESTON, J. F., BRIGHAM, E. F. **Fundamentos da Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

ZDANOWICZ, J. E. **Gestão Financeira Para Cooperativas: Enfoque Contábil e Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em:  
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522491186/>> Acesso em: 20 Mai 2020.

## APÊNDICE I – TABELAS DE INDICADORES

Após a coleta dos dados nas demonstrações financeiras das cooperativas, eles foram compilados e tabulados em uma planilha do *software* Excel 2010. A organização ocorreu da seguinte maneira, as primeiras colunas correspondem a cada ano e a última ao cálculo da média. Cada linha se refere a uma cooperativa, identificada de acordo com seu código (C1 a C6).

A seguir serão apresentadas as tabelas de cada grupo de indicadores, a Tabela 1 demonstra os indicadores do grupo de solvência e liquidez, bem como a Tabela 2 expõe os indicadores do grupo de rentabilidade e lucratividade.

ÍNDICE	COOPERATIVA	2015	2016	2017	2018	2019	MÉDIA
EV	C1	0,33	0,12	0,14	0,17	0,12	0,18
	C2	0,02	0,04	0,11	0,23	0,15	0,11
	C3	0,07	0,09	0,14	0,38	0,56	0,25
	C4	0,33	0,13	0,15	0,18	0,25	0,21
	C5	0,09	0,12	0,07	0,09	0,15	0,10
	C6	-	-	0,02	0,01	0,01	0,01
LI	C1	0,82	0,66	1,02	1,13	0,98	0,92
	C2	0,56	0,87	0,64	1,22	1,10	0,88
	C3	1,97	1,95	2,48	1,82	1,77	2,00
	C4	0,91	0,70	0,83	0,89	0,77	0,82
	C5	0,56	0,47	0,72	1,09	1,14	0,79
	C6	-	-	1,26	1,44	1,48	1,39
IED	C1	1,57	1,17	0,96	0,81	0,87	1,08
	C2	1,10	0,99	0,90	1,46	0,92	1,07
	C3	1,02	0,89	0,69	0,61	0,57	0,76
	C4	1,82	1,54	1,44	1,45	1,50	1,55
	C5	1,41	1,12	0,76	0,55	0,58	0,88
	C6	-	-	0,36	0,32	0,23	0,30
PDE	C1	0,77	0,75	0,66	0,60	0,64	0,69
	C2	0,80	0,72	0,77	0,73	0,67	0,74
	C3	0,58	0,60	0,51	0,46	0,45	0,52
	C4	0,73	0,72	0,68	0,67	0,68	0,70
	C5	0,79	0,72	0,54	0,39	0,39	0,57
	C6	-	-	0,27	0,27	0,20	0,25

**Tabela 1 – Indicadores de solvência e liquidez.**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2020).

ÍNDICE	COOPERATIVA	2015	2016	2017	2018	2019	MÉDIA
RSPL	C1	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,02
	C2	0,36	0,14	0,20	0,21	0,21	0,22
	C3	0,09	0,05	0,04	-0,06	-0,06	0,01
	C4	0,07	0,08	-0,02	0,07	0,07	0,06
	C5	0,05	-0,09	-0,18	0,04	0,04	-0,03
	C6	-	-	0,01	0,06	0,06	0,04
RSIT	C1	0,0044	0,0045	0,0046	0,0028	0,0028	0,00
	C2	0,0875	0,0337	0,0475	0,0598	0,0598	0,06
	C3	0,0258	0,0143	0,0093	-0,0116	-0,0116	0,01
	C4	0,0294	0,0318	-0,0055	0,0233	0,0233	0,02
	C5	0,0207	-0,0287	-0,0449	0,0108	0,0108	-0,01
	C6	-	-	0,0013	0,0079	0,0079	0,01
ML	C1	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,02
	C2	0,43	0,18	0,31	0,36	0,36	0,33
	C3	0,14	0,07	0,06	-0,08	-0,08	0,03
	C4	0,14	0,16	-0,03	0,13	0,13	0,11
	C5	-0,10	-0,22	0,06	0,05	0,05	-0,03
	C6	-	-	0,07	0,15	0,15	0,12

MF	C1	0,14	0,11	0,11	0,09	0,09	0,11
	C2	0,13	0,13	0,09	0,12	0,12	0,12
	C3	0,15	0,14	0,10	0,06	0,06	0,10
	C4	0,15	0,15	0,09	0,11	0,11	0,12
	C5	0,16	0,10	0,06	0,11	0,11	0,11
	C6	-	-	0,01	0,04	0,04	0,03
CMC	C1	0,13	0,10	0,10	0,06	0,06	0,09
	C2	0,11	0,10	0,06	0,09	0,09	0,09
	C3	0,10	0,11	0,08	0,07	0,07	0,09
	C4	0,11	0,12	0,08	0,06	0,06	0,08
	C5	0,13	0,12	0,10	0,06	0,06	0,09
	C6	-	-	0,02	0,03	0,03	0,03
RMOC	C1	0,30	0,30	0,36	0,31	0,31	0,32
	C2	0,21	0,22	0,19	0,23	0,23	0,22
	C3	0,26	0,28	0,28	0,33	0,33	0,29
	C4	0,26	0,27	0,28	0,26	0,26	0,27
	C5	0,29	0,36	0,37	0,49	0,49	0,40
	C6	-	-	0,07	0,18	0,18	0,15
LA	C1	0,24	0,23	0,24	0,19	0,19	0,22
	C2	0,20	0,19	0,15	0,17	0,17	0,18
	C3	0,18	0,20	0,15	0,15	0,15	0,17
	C4	0,21	0,20	0,19	0,18	0,18	0,19
	C5	0,25	0,28	0,21	0,19	0,19	0,22
	C6	-	-	0,02	0,05	0,05	0,04
IE	C1	0,82	0,70	0,72	0,85	0,85	0,79
	C2	0,43	0,40	0,48	0,47	0,47	0,45
	C3	0,76	0,75	1,00	1,23	1,23	1,00
	C4	0,51	0,51	0,57	0,64	0,64	0,58
	C5	0,57	0,68	0,92	0,84	0,84	0,77
	C6	-	-	2,47	1,47	1,47	1,80

**Tabela 2 – Indicadores de rentabilidade e lucratividade.**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2020).